



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE JUNHO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Osmário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Márcio Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 64.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Srs. Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielese, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Servo, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Caíto Quintana, Dalton Machuca, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Renato Adur, Toti Colaço e Rossoni (12).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Å O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

Mensagens:

MENSAGEM N° 059/94

Curitiba, 21 de junho de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com aquisição de mobiliário para salas de aula.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Certo de poder contar com a atenção
dessa egrégia Assemblêia, reitero a V.
Exa. as expressões do meu mais alto apreço
e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V e VI desta lei.

SUPLEMENTACAO		ANEXO I		FL. 01	
DA DESPESA ANEXO				CR\$ 1.000,00	
I	INATUREZA	IL	IN.DOC.		
I	IDESPESA	IRI	IPROCI		
I	ESPECIFICACAO		VALOR		
I	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I	I	I
I	GABINETE DO SECRETARIO	I	I	I	I
I	ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I
I	PROGRAMACAO A CARGO DA FUNDEPAR	I	4311.01100	ILI	5 000.000 I2500
TOTAL		I			5 000.000 I

A Diretoria Legislativa.

CANCELAMENTO
DA DESPESA

A N E X O I I

FL 01

CRS 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	VALOR	IN DO
I	I	I	IL		I
I	I	I	IRI		ICOP
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I
	IDESENVOLVIMENTO URBANO	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
4102	IGABINETE DO SECRETARIO	I	I I I		I
	ILNTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
4179	I PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL	I	I I I		I
	I- PROSAM/BIRD - COMEC	I	4311 01134IRI	5.000.000	I2502
T O T A L				5.000.000	I

SUPLEMENTACAO
DA DESPESA

A N E X O I I I

FL 02

CRS 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	VALOR	IN DO
I	I	I	IL		I
I	I	I	IRI		ICOP
3400	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
3470	IINSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO	I	I I I		I
	IEDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR	I	I I I		I
2632	IEXPANSAO, MELHORIA E MANUTENCAO	I	I I I		I
	IDA REDE FISICA ESCOLAR	I	4121.00100ILI	5.000.000	I2502
T O T A L				5.000.000	I

CANCELAMENTO
DA DESPESA

A N E X O I V

FL 02

CRS 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA	IL	VALOR	IN DO
I	I	I	IL		I
I	I	I	IRI		ICOP
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I
	IDESENVOLVIMENTO URBANO -	I	I I I		I
	ILNTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
4288	ICOORDENACAO DA REGIAO	I	I I I		I
	IMETROPOLITANA DE CURITIBA - COMECI	I	I I I		I
4121	I PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL	I	I I I		I
	I- PROSAM/BIRD - COMEC	I	4130.00134IRI	5.000.000	I2502
T O T A L				5.000.000	I

* A Diretoria Legislativa.

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 01 CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
1113.02.00	Imposto s/ Operacoes Relativas a Circul. de Mercadorias e s/ Operacao de Servicos de Transporte Interestadual e Intermun. le de Comunicacao	00	5.000.000	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES			
	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO PARANA - FUNDEPAR			
12412.49.00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	5.000.000	

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO VI	FL. 01 CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
2129.02.00	Operacao de Credito Externas-Vinculadas	34	5.000.000	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES			
	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC			
12412.34.00	Operacoes de Credito Externas-Vinculada - PROSAM/BIRD	34	5.000.000	

À Diretoria Legislativa.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, os ajustes relativos à correção prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme o Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no

caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

Curitiba, 21 de junho de 1994.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.184.067.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e quatro milhões e sessenta e sete mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas de custeio, aquisição de equipamentos de informática, veículos e reforma geral da Biblioteca Pública do Paraná.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 3.184.067.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e quatro milhões e sessenta e sete mil cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, fica alterado o Demonstrativo de Receita, conforme Anexos IV, V e VI desta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, os ajustes relativos à correção prevista na Lei Estadual nº 10.699, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta Lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		A N E X O I			FL. 01	
		ANEXO			CRS 1.000,00	
I		I N A T U R E Z A I I L I			I N D O	
CODIGO I		I D E S P E S A I I R I			I P R O C I C O P	
ESPECIFICAÇÃO		VALOR				
2100	ISECRETARIA DE ESTADO DA IADMINISTRACAO	I	I	I I I		I
	I	I	I	I I I		I
2102	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I I		I
2168	IEXECUCAO CENTRALIZADA DE REPAROS IE OBRAS - DECOM	I	I	I I I		I
	I	I	3211.03	I00ILI	92.808	I1908
2900	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	I	I	I I I		I
	I	I	I	I I I		I
2902	IGABINETE DO SECRETARIO - IENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I I		I
	I	I	I	I I I		I
2642	IPROGRAMACAO A CARGO DO CENTRO ICULTURAL TEATRO GUAIRA	I	I	I I I		I
2643	IPROGRAMACAO A CARGO DA BIBLIOTECA I PUBLICA DO PARANA	I	3211.03	I00ILI	808.477	I1911
	I	I	3211.03	I00ILI	348.991	I1913
2644	IPROGRAMACAO A CARGO DA TVE	I	4311.01	I00ILI	564.180	I1914
	I	I	3211.03	I00ILI	511.841	I1915
2903	IDIRETORIA GERAL	I	4311.01	I00ILI	203.657	I1916
2647	IDIFUSAO CULTURAL	I	I	I I I		I
2648	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA ISEEC	I	4130.00	I00ILI	550.779	I1910
	I	I	I	I I I		I
	I	I	3122.00	I00ILI	53.334	I1909
T O T A L		I			3.184.067	I

CANCELAMENTO DA DESPESA		A N E X O I I			FL. 02 CRS 1.000,00	
ANEXO						
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	FTIDI	VALOR	IN DO I
I		IDESPESA I	IRI			IPROC ICOP
1700	I ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I	I	I I		I
	I RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
1701	I PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I	I	I I		I
	I E MULTISETORIAIS	I	I	I I		I
1050	I PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL	I	I	I I		I
	I - PROSAM/BIRD	I	4270.00	I 34 I R I	3.184.067	I 1916
		T O T A L I			3.184.067	I

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I I I			FL. 02 CRS 1.000,00	
ANEXO						
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	FTIDI	VALOR	IN DO I
I		IDESPESA I	IRI			IPROC ICOP
2200	I SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I	I I		I
	I ADMINISTRACAO - ENTIDADES	I	I	I I		I
	I VINCULADAS	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
2250	I DEPARTAMENTO ESTADUAL DE	I	I	I I		I
	I CONSTRUCAO, DE OBRAS E MANUTENCAO	I	I	I I		I
	I - DECOM	I	I	I I		I
2189	I ADMINISTRACAO E EXECUCAO DE	I	I	I I		I
	I REPAROS E OBRAS - DECOM	I	3132.03	I 00 I L I	92.808	I 1908
	I	I	I	I I		I
3000	I SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -	I	I	I I		I
	I ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I I		I
	I	I	I	I I		I
3062	I RADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO	I	I	I I		I
	I PARANA - TVE	I	I	I I		I
2640	I IMPLANTACAO, OPERACAO E EXPANSAO	I	I	I I		I
	I DO SISTEMA DE RADIO E TELEVISAO	I	I	I I		I
	I DO PARANA	I	4121.00	I 00 I L I	203.657	I 1916
2641	I ADMINISTRACAO GERAL DA TVE	I	3132.15	I 00 I L I	511.841	I 1915

SUPLEMENTACAO DA DESPESA		A N E X O I I I			FL. 03 CRS 1.000,00	
		ANEXO				
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	IL I	VALOR	IN. DO
CODIGO I		I	IFT	IDI		I PROC
I		IDESPESA	I	IRI		ICOP
3064	IBIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	I	I	I I		I
2639	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I	I I		I
	IADMINISTRATIVA E ATENDIMENTO AO	I	I	I I		I
	IUSUARIO - BPP	I	3121.00	I00ILI	27.593	I1913
I		I	3132.03	I00ILI	2.048	I1913
I		I	3132.05	I00ILI	4.333	I1913
I		I	3132.06	I00ILI	10.746	I1913
I		I	3132.10	I00ILI	16.600	I1913
I		I	3132.11	I00ILI	5.985	I1913
I		I	3132.15	I00ILI	281.686	I1913
I		I	4110.00	I00ILI	450.000	I1912
I		I	4121.00	I00ILI	114.180	I1914
3066	ICFNTRC CULTURAL TEATRO GUAIRA -	I		I I I		I
	ICCTG	I		I I I		I
2636	IDESENVOLVIMENTO DAS ARTES CENICAS	I		I I I		I
	IE DA MUSICA	I	3121.00	I00ILI	200.000	I1911
2637	IADMINISTRACAO GERAL DO TEATRO	I		I I I		I
	IIGUAIRA	I	3132.15	I00ILI	658.477	I1911
		T O T A L			2.579.954	I

SUPLEMENTACAO DA RECEITA		A N E X O I V			FL. 04 CRS 1.000,00	
		ANEXO				
I	ESPECIFICACAO	I	FT	I	VALOR	I PROC
CODIGO I						
	ISECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRACAO	I		I		I
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I		I		I
	I	I		I		I
	IDEPARTAMENTO ESTADUAL DE CONSTRUCAO,	I		I		I
	IDE OBRAS E MANUTENCAO - DECOM	I		I		I
1712.49.00	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I	00	I	92.808	I1908
I		I		I		I
	ISECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA -	I		I		I
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I		I		I
	I	I		I		I
	IRADIO E TELEVISAO EDUCATIVA DO PARANA	I		I		I
	I- TVE	I		I		I
1712.49.00	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I	00	I	511.841	I1915
2412.49.00	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I	00	I	203.657	I1916
	IBIBLIOTECA PUBLICA DO PARANA	I		I		I
1712.49.00	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I	00	I	348.991	I1913
2412.49.00	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I	00	I	564.180	I1914
	ICENTRO CULTURAL TEATRO GUAIRA - CCTG	I		I		I
1712.49.00	IRECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I	00	I	858.477	I1911
		T O T A L			2.579.954	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO V	FL. 01 CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
1113.02.00	Imposto s/Operacoes relativas a Circu- llacao de Mercadorias e s/prestacoes de Servicos de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicacao	00	3.184.067	
TOTAL			3.184.067	

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO VI	FL. 01 CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR	
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
2129.02.00	Operacoes de Credito Externas - Vinculadas	34	3.184.067	
TOTAL			3.184.067	

MENSAGEM Nº 061/94

Curitiba, 21.06.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com aquisição de equipamentos de informática para o órgão.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto

apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, aos ajustes relativos à correção,

prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação

ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

***** TABELAS PÁG. 19 *****

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		ANEXO	A N E X O I	FL. 01 CRS 1.000,00		
I	ESPECIFICAÇÃO	I	INATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DO	IPROC
I		I	IRI		ICOP	
4300	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I I I		I	
4303	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	
2717	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA ISETR	I	I I I		I	
		I	4122.0010111	300.000	I4025	
			T O T A L I	300.000	I	

CANCELAMENTO DA DESPESA		ANEXO	A N E X O I I	FL. 01 CRS 1.000,00		
I	ESPECIFICAÇÃO	I	INATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DO	IPROC
I		I	IRI		ICOP	
4300	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I I I		I	
4305	ICOORDENACAO DE PLANOS E PROGRAMAS DE TRANSPORTES	I	I I I		I	
1027	IPLANOS E PROGRAMAS DE TRANSPORTES	I	I I I		I	
		I	4323.0010111	300.000	I4025	
			T O T A L I	300.000	I	

MENSAGEM Nº 062/94

Curitiba, 21.06.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 4.606.864.000,00 (quatro bilhões, sessenta e seis milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com as manutenções da

Secretaria de Estado da Educação e do Colégio Estadual do Paraná, aquisição de equipamentos e execução de obras no referido colégio.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 4.606.864.000,00 (quatro bilhões, seiscientos e seis milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros reais), conforme Anexos I e II desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo III desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido

nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo IV desta lei.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, por Decreto do Governador, aos ajustes relativos à correção, prevista na Lei Estadual nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica, dos valores orçamentários objetos desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO
DA DESPESA ANEXO

A N E X O I

FL. 01
CRS 1.000,00

-----		*-----*			*-----*	
I		INATUREZA	ILI		IN. DO	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROC	
I		IDESPESA	I IRI		JCOR	
-----		*-----*			*-----*	
3300	ISECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I			I
I		I	I I I			I
3302	ICABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I			I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I			I
2786	IPROGRAMACAO A CARGO DO COLEGIO	I	I I I			I
	ESTADUAL DO PARANA	I	3211.03I00ILI	76.864		I2514
I		I	4311.01I00ILI	30.000		I2514
3303	IDIRETORIA GERAL	I	I I I			I
2782	IGERENCIA DA ESTRUTURA	I	I I I			I
	IADMINISTRATIVA DA SEED	I	3132.15I00ILI	4.500.000		I2514
-----		*-----*			*-----*	
		T O T A L I			4.606.864	I

CANCELAMENTO
DA DESPESA ANEXO

A N E X O I I

FL. 01
CRS 1.000,00

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Pag. 11

I SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I		FL. 02	
I DA DESPESA ANEXO				CRS 1.000,00	
* * *		* * * * *			
I	I	INATUREZA I	ILI		IN DOT
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	VALOR	IPROCI
I	I	IDESPESA I	IRI		ICOP I
* * *		* * * * *			
I 3400	ISECRETARIA DL ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I I
I	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
I	I	I	I I I		I I
I 3472	ICOLEGIO ESTADUAL DO PARANA	I	I I I		I I
I 2771	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I I
I	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DO	I	I I I		I I
I	ICOLEGIO ESTADUAL DO PARANA	I 3121.00	I00ILI	30.000	125141
I	I	I 3132.03	I00ILI	18.000	125141
I	I	I 3132.15	I00ILI	23.864	125141
I	I	I 4110.00	I00ILI	10.000	125141
I	I	I 4121.00	I00JLI	20.000	125141
* * *		* * * * *			
		T O T A L		I	106.864 I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO IV	FL. 01
ANEXO			CR\$ 1.000,00
CONJGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES		
	COLEGIO ESTADUAL DO PARANA		
1712 49 00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	76.864
12412 49 00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	30.000

REOUERIMENTO N° 1641

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, **Regime de Urgência**, de acordo com o art. 159, § 1º do Regimento Interno desta Casa, para o Projeto de Lei nº 152/94, que torna obrigatória a vacinação contra a rubéola nos casos em que especifica.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 1643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, **Regime de Urgência** na votação do Projeto de Lei nº 035/94, de conformidade com as normas do Regimento

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) TOTI COLACO

REQUERIMIENTO N° 1632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER à Mesa, a **inversão de votação e discussão** da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMIENTO N° 1649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja incluído na Ordem do Dia para o próximo dia 28, o Projeto de Lei nº 164/94.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1651-A

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a retirada por 01 (uma) sessão, do Projeto de Lei n° 604/93, Proposição n° 033/94.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(aa) JOSÉ TAVARES

EMILIA BELINATI

COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 1651-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER votação em bloco para as Proposições de Veto n°s 032/93, aposto ao Projeto de Lei n° 597/93; 120/93, aposto ao Projeto de Lei n° 270/93, constantes na Ordem do Dia da presente Sessão, itens 1 e 2.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 1633

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, envio do voto em separado do Deputado Mário Bezerra, à Proposição n° 28/94, relativa à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, exercício de 1992, da Comissão de Tomada de Contas, ao Tribunal de Contas.

Que aquele órgão preste esclarecimentos pormemorizados a respeito das irregularidades registradas no referido voto em separado.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 1634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, providências para o envio de Ofício ao Presidente Contador Edgardo Gagliari e ao Doutor Pablo Verani, Presidente do Bloco União Cívica Radical, da Legislatura de La Provincia de Rio Negro, na Cidade de Viedma, CEP 8.500, República Argentina; informando que nós, Parlamentares do Paraná, temos interesse na formação de uma Comissão Mista, com vistas ao intercâmbio dos dois Estados e Países, para que possamos familiarizar relações no MERCOSUL, nos setores de agropecuária, indústria, comércio, cultura e turismo, conforme contatos já mantidos com o Deputado Ruben Gaete.

O Estado argentino de Rio Negro, é atualmente o maior produtor de maçã e pera da América do Sul, contando ainda, com

Curitiba, quarta, em 22.06.94

pontos turísticos conhecidos mundialmente, como praias e as montanhas geladas de Bariloche.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) NILTON SERVO

REQUERIMENTO N° 1650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Saul Moreira Macedo, ocorrido no dia 21 de junho passado, em Ponta Grossa.

O extinto era casado com a Senhora Neiva Moreira Macedo e tinha dois filhos. Era funcionário público federal e durante muitos anos exerceu o cargo de Diretor do Instituto Brasileiro do Café.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, através de correspondência endereçada à Rua Ricardo Vagner, 403, Olaria, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER envio de voto de profundo pesar pelo falecimento da Srta. Isabela Pilatti, ocorrida no dia 14 de junho próximo passado, em Ponta Grossa.

A extinta era filha do Sr. Gilson Pilatti e da Sra. Marlon Pilatti. Ela exercia as funções de cartorária no Município de Ponta Grossa.

Da decisão desta Casa, requer seja dada ciência aos familiares da vítima, através de correspondência enviada à Rua. Gen. Osório, 490, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.06.94

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1630

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de congratulações ao Jornal da Manhã, da Cidade de Ponta Grossa, que comemora 40 anos de existência.

O Jornal da Manhã vem, ao longo de 40 anos, informando o público pontagrossense com eficiência, rapidez e veracidade.

A 5 de julho quando completa exatamente 40 anos de fundação, pode ser considerado como um meio de comunicação de massa de grande destaque na cidade de Ponta Grossa e região.

Requer ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Jornal da Manhã, em

nome de sua Diretora Sra. Leandrina Horst, ao Redator-Chefe, Edgar Hampf, ao Diretor Comercial, Sr. João Luiz Brandil, ao Chefe de Reportagem, Sr. Demístocles Verges, bem como aos demais funcionários, à Rua Santos Dumont, 1.039, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 22.06.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1631

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de congratulações ao 13° BIB, que comemora 71 anos de existência, e também ao Ministério do Exército pelo brilhante trabalho realizado no País, bem como ao Comando Militar do Sul, Comando da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão do Exército, Comando da 5.ª Brigada de Infantaria Blindada.

O 13° BIB, é originário do 2° Batalhão de Fuzileiros que tomou parte na invasão do Paraguai, nas Batalhas de Estero Bella-co, Tuiuti, Humaitá, Pykysyry, Avaí, Lomas Valentinas, Peribui e Campo Grande, e vem ao longo de 71 anos participando da vida de jovens que ali ingressam como soldados e tornam-se patriotas assíduos, bravos defensores da Nação.

O Exército Brasileiro, vem desempenhando grande papel no auxílio da segurança nacional, principalmente na distribuição da nova moeda, o Real.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, as autoridades abaixo relacionadas, nos respectivos endereços:

Ministério do Exército
General de Exército
Genildo Zoroastro
Quartel General do Exército
Setor Militar Urbano - Brasília - DF
70630-901

Comando Militar do Sul
General de Exército
Dêlio de Assis Monteiro
Rua dos Andradas, 562 - Centro -
Porto Alegre - RS - 90020-002

Comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão do Exército
General de Divisão
Antonio Araújo de Medeiros
Rua 31 de março, s/n° - Pinheirinho -
N/Capital - 81150-280

5.ª Brigada de Infantaria Blindada
General de Brigada
Gilberto Rodrigues Pimentel
Praça Mal. Floriano Peixoto, 149 -
Ponta Grossa - 84010-909

Comandante do 13° Batalhão de Infantaria Blindada

Tenente Coronel

Fernando Henrique Pereira Rosa

Av. Carlos Cavalcanti, 2179 - Ponta Grossa
Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1629

SÚMULA: Requer envio de expediente à Constutora Serveng, substanciado em sugestão para que proceda a contratação de mão-de-obra das cidades de Mundo Novo, Iguatemi e adjacências, para a construção da ponte sobre o Rio Paraná, que ligará os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o Plenário, solicitando à mesma, a contratação de mão-de-obra no Mato Grosso do Sul, nas cidades de Mundo Novo, Iguatemi e adjacências, já que é do nosso conhecimento a demanda por emprego naquela região.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) NILTON SERVO

REQUERIMENTO N° 1637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Norton Macedo, Mui Digno Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO, solicitando a ampliação do número de funcionários para a "Agência de Paranaguá - PR".

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O crescimento das atividades econômicas, ligadas à retaguarda portuária em Paranaguá, nesses últimos três anos, é fato consumado, e com isso aumentaram também os trabalhos administrativos, entre os quais o denominado "movimento bancário". Nessa particularidade, a agência do Banco do Estado do Paraná S/A tem, através de seu corpo de funcionários, Chefes de Serviços, e Gerentes de Áreas, e Gerente Geral, buscando realizar um atendimento de primeira qualidade. São pessoas capazes, dedicadas, responsáveis, - fato que sempre reafirmamos - que dedicam muito de si ao BANESTADO, além de suas obrigações funcionais. Isso traz para o estabelecimento bancário, um resultado muito positivo, e consecutivamente aumenta a movimentação em termos financeiros da Agência de Paranaguá.

No entanto, a cidade também está crescendo, e hoje, bem situada, em prédio pró-

prio, tem aquela agência bancária de aumentar o número de funcionários, sob pena de ficar para trás em relação às demais nos atendimentos ao público em geral. É evidente, como fator de administração interna e externa, a ampliação do número de funcionários.

REQUERIMENTO N° 1638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Ronaldo A. Botelho, Digníssimo Secretário de Justiça e da Cidadania, solicitando informações a respeito da Programação de sua Pasta para o litoral paranaense, especialmente para os balneários de Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Temos pleno conhecimento que o Promotor de Justiça Ronaldo A. Botelho, atual Secretário de Estado da Justiça, tem grandes conhecimentos a respeito das diferentes reivindicações dos moradores dos balneários, em sua grande maioria composto de pessoas humildes, entre os quais os pescadores.

Para essas pessoas, toda a contribuição vinda do Governo, os auxilia muito, principalmente em relação a documentos, legalizações de propriedades, e outras necessidades prementes.

Sabemos que a Secretaria de Justiça, tem programas que podem perfeitamente serem levados aquele povo sofrido das regiões praianas, e que os moradores ficariam eternamente agradecidos, por menor que sejam escalas na ordem econômica.

REQUERIMENTO N° 1639

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Elerian Zanetti, Digníssimo Presidente da FUNDEPAR, solicitando a ampliação e compra de terreno para a Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, no Bairro Vila Rute, na Serraria do Rocha, Município de Paranaguá/PR.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O crescimento demográfico do populoso Bairro da Serraria do Rocha, a expansão constante da Vila Rute e ainda também a evolução do Jardim Santa Rosa, fazem com que os reflexos sejam sentidos todos os anos, na época das matrículas escolares na Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha Ne-

to. São núcleos habitacionais irmanados, que logicamente deveriam ter um percentual entre 40 a 60 por cento de crianças naquele estabelecimento de ensino, nas diversas séries. O fato em si, representa um aspecto negativo em termos educacionais, em função desses bairros em sua grande maioria serem compostos de famílias humildes, que forçosamente estão tendo despesas em seus orçamentos domésticos com seus filhos, pois são obrigados a mandá-los a escolas mais distantes, se utilizando do transporte coletivo. Isso também comprova que, as estatísticas do setor responsável, a nível estadual não passa a Secretaria de Educação dados concretos.

Isso posto, registre-se que, na atualidade a Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, não tem mais espaço físico para qualquer ampliação. É necessário, o Governo Estadual, através da Secretaria de Educação e da FUNDEPAR, procederem à desapropriação de áreas contíguas, ou mesmo entrarem em contatos com a Prefeitura Municipal para adotar tal procedimento legal. Como está não é possível continuar, diante das constantes reclamações, por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Senhor Elerian Zanetti, Digníssimo Presidente da FUNDEPAR, solicitando com a maior brevidade possível que seja ampliado, e também feito a compra de terrenos contíguos à Escola Estadual Bento Munhoz da Rocha Neto, na Vila Rute, Bairro da Serraria do Rocha, Município de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 1640

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando a complementação do asfaltamento da PR-405, entre Antonina e Guaraqueçaba, que se encontra paralisado há mais de cinco (05) anos.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Um dos fatores essenciais para que, o Município de Guaraqueçaba possa efetivamente iniciar seu processo de desenvolvimento econômico, é o asfaltamento integral da PR-405. De muitos anos, os pequenos produtores da região sempre acreditaram na pavimentação integral dessa estrada, pois com isso facilitará sobremaneira o escoamento dos produtos ali produzidos, que hoje ficam apenas para servir o consumo interno. Da mesma maneira, os pescadores sentem que esse empreendimento rodoviário, lhes facilitará a entrega com maior rapi-

dez para os centros consumidores. Entendemos perfeitamente que essa rodovia, por estar situada numa região do Litoral que tem intensa vigilância de todos os organismos ligados ao meio ambiente, requer um projeto especial, com a preservação ecológica, onde o próprio Governo Estadual tem técnicos eficientes, perfeitamente identificados com os propósitos governamentais. Esse benefício, é uma antiga reivindicação de todos os setores da comunidade de Guaraqueçaba.

REQUERIMENTO N° 1628

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Sr. Rubens Ricúpero, Ministro da Fazenda, solicitando isenção de impostos para a aquisição de carros fúnebres, que assim como os táxis, são veículos que prestam serviços de utilidade pública.

Sala das Sessões, em 22.06.94

(a) NILTON SERVO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 241/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica atribuída a gratificação de que trata o artigo 34, inciso IX da Constituição do Estado do Paraná aos integrantes da Polícia Militar do Paraná, na forma regulamentada nesta lei.

Art. 2° - Ao policial militar que, pela necessidade do serviço, se obrigue a ultrapassar o horário normal de trabalho, será reconhecido o direito à percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 1° - Para os efeitos desta lei, considera-se horário normal de trabalho aquele estabelecido em lei ou regulamento interno da Corporação, desde que nos limites constitucionalmente previstos para a jornada de trabalho.

§ 2° - A gratificação deverá ser revista semestralmente, ocasião em que serão avaliadas as situações individuais, para que se determine a continuidade do pagamento.

§ 3° - A gratificação deverá ser proposta pelo Comandante Geral da Polícia Militar ao Governador do Estado, por intermédio do Secretário de Estado da Segurança Pública.

Art. 3° - A gratificação a que se refere a presente lei não poderá exceder a 50% (cinquenta por cento) do vencimento

mensal do policial militar, acrescido dos adicionais que estiver percebendo.

Parágrafo Único - O policial militar que, comprovadamente, tenha prestado serviço extraordinário durante o período de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados fará jus à incorporação da gratificação correspondente em seus proventos de inatividade, para todos os efeitos legais.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.94

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O objetivo do presente anteprojeto de lei é regulamentar a atribuição de gratificação por serviço extraordinário aos integrantes da Polícia Militar do Paraná.

Acompanho, desde o início de meu mandato, as atividades dessa valorosa Corporação. Superando, inclusive, os problemas de falta de equipamento necessário ao bom desenvolvimento de suas atividades, garante a toda a população de nosso Estado a segurança tão necessária, principalmente nos tempos atuais, em que a onda de violência e criminalidade atinge todos os segmentos da sociedade.

A Polícia Militar está sempre presente, seja nas escolas, cuidando da segurança de nossas crianças e jovens, seja nas ruas, garantindo a mesma segurança aos cidadãos de nosso Estado, a qualquer hora do dia ou da noite.

A previsão de gratificação pela prestação de serviço extraordinário já existe na Constituição do Estado do Paraná, no Capítulo que trata dos servidores públicos civis. Não consta qualquer previsão quanto aos integrantes da Polícia Militar.

Por outro lado, a Constituição Estadual não proíbe que a eles se atribua gratificação idêntica.

Dentre as gratificações previstas aos policiais militares, constantes do Código de Vencimentos - Lei Estadual n° 6.417, de 03 de julho de 1973 - não foi incluída aquela que deveria ser a principal, pois daria o incentivo financeiro tão necessário, nestes tempos difíceis, ao policial militar que exerce suas funções ultrapassando, com frequência, o período previsto pela Lei Maior para a jornada de trabalho.

Por tais razões, entendo ser providência das mais urgentes a aprovação do anteprojeto de lei, o que proporcionará o pagamento de uma gratificação justa, que servirá de prêmio e homenagem a quem se dedica à árdua tarefa de garantir a segurança de nosso povo, transpondo os limites de um simples expediente de trabalho.

PROJETO DE LEI Nº 242/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a entidade denominada "Casa de Maria - Centro de Apoio a Dependentes", localizada à Rua Capivari, nº 100, Jardim Veraliz, Município de Londrina/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) DURVAL AMARAL JUSTIFICATIVA:

A entidade denominada Casa de Maria, surgiu de uma idéia e desde sua fundação, em 1990, vem desempenhando um trabalho contínuo de ajuda a dependentes de álcool e drogas no Município de Londrina e região.

A "Casa de Maria" possui em sua equipe, diversos profissionais como psicólogos, assistentes sociais, psiquiatras, médicos, que atuam sem nenhum tipo de pagamento financeiro, além de sacerdotes e seminaristas, bem como pais de família que ajudam na instituição em busca da recuperação dos que ali buscam auxílio.

A entidade em questão não possui nenhuma espécie de remuneração fixa, e sobrevive de doações da comunidade e promoções que realizam para custear as despesas correntes.

Mesmo com muita dificuldade, a "Casa de Maria" tem desempenhado um trabalho muito importante e bastante digno junto aos dependentes de álcool e drogas e também com suas famílias, que necessitam de apoio para poderem ajudar seus filhos.

Diante disso, solicitamos apoio dos nobres Pares para a declaração de Utilidade Pública desta importante instituição.

PROJETO DE LEI Nº 243/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Grupo Espírita Fraternidade", com sede e foro na Cidade de Toledo, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.06.94.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma entidade que já exerce as funções de Utilidade Pública, pois realiza um trabalho de grande alcance social, com benefícios às pessoas carentes desde a sua fundação em 06 de setembro de 1987.

Além de inúmeras atividades sociais e

comunitárias, atualmente mantém um albergue noturno, com sede especialmente construída para atender 80 pessoas diariamente, com fornecimento de abrigo, alimentação, vestuário, orientação e atendimento na área da saúde.

Solicitamos apoio dos nobres Deputados, para que a entidade seja reconhecida como Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Passamos ao Pequeno Expediente. Com a palavra o primeiro Orador inscrito, Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O que me traz à Tribuna hoje desta Casa diz referência às contas do Governo.

Estou entrando com um requerimento para que a Mesa remeta, após aprovação do Soberano Plenário, ao Tribunal de Contas um voto em separado que este Deputado exarou na Comissão de Tomada de Contas com relação às contas do Governo relativas a 1992.

Estou requerendo para que este meu voto em separado que levanta as irregularidades acontecidas nas contas de 1992 porque o Tribunal de Contas recomendou a Casa a aprovação das contas do Governo. Mas, fazendo um levantamento nas contas do Governo de 1992, constatamos uma série de irregularidades que foram levantadas pelo Departamento Técnico àquele órgão, assessorio a esta Casa Legislativa.

Como os técnicos do Tribunal de Contas levantaram irregularidade, nós achamos estranho que os conselheiros recomendem a aprovação das contas do Governo. Uma coisa escabrosa aconteceu nas contas do Governo em 1992.

E hoje, folheando jornais, constatei que as contas de 1993 também estão completamente irregulares.

Gostaria, já que estou usando o Grande Expediente, Senhor Presidente, de fazer leitura de algumas páginas deste Voto em Separado que nós exaramos sobre as contas do Governo de 1992 para que os Senhores Parlamentares tomem conhecimento daquilo que vai ser requerido ao Tribunal de Contas.

Este meu Voto em Separado foi elaborado há alguns meses atrás. E requeremos junto à Presidência de Tomada de Contas a remessa deste Voto em Separado ao Tribunal de Contas para que ele respondesse à Casa as nossas indagações. E me parece que, infelizmente, nenhuma medida foi tomada com referência a este assunto.

Voto em Separado à Proposição nº 28/94 relativa à prestação de contas do Governo do Estado do Paraná exercício de 1992.

O que nós levantamos baseado nos levantamentos técnicos do pessoal do Tribunal de Contas. Fizemos um resumo porque as contas do Governo são muito complexas.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

VOTO EM SEPARADO À PROPOSIÇÃO N° 28/94, RELATIVA A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, EXERCÍCIO DE 1992.

P A R E C E R:

No longo parecer n° 19.803/93, de 26 páginas, o Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas, João Bonifácio Cabral Júnior, após sustentar a tese da inexigibilidade de licitação para a publicidade do Governo, faz alusão à referência constante às folhas 144 da Instrução 046/93, da I.G.C. (Inspetoria Geral de Controle), que aponta a existência de quatro impugnações de despesas em trâmite no Tribunal de Contas, consubstanciadas nos protocolos 2.319/93, 8.610/93, 16.205/93 e 16.208/93.

Assinala o Procurador: "Esta última, por determinação do Exmo. Senhor Conselheiro Relator já foi mandada ao arquivo, por entender que as despesas foram regulares.

Das três outras acima referidas, uma diz respeito a dispensa de licitação de serviços de publicidade, o que se circunscreve ao enfoque jurídico acima aprofundado, sendo que as outras duas restantes, ainda em trâmite, secundárias, não apresentam qualquer ato eivado de fraude ou de má-fé imputáveis aos ordenadores de despesa".

Após essa exposição, o Procurador do Estado, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, opina no sentido de que a Prestação de Contas do Governador Roberto Requião, exercício de 1992, merece parecer prévio deste Egrégio Tribunal de Contas, favoravelmente à sua aprovação por parte do Poder Legislativo.

Os técnicos da Inspetoria Geral de Controle, na conclusão da análise efetuada na Prestação de Contas relativa ao exercício de 1992, ressaltam na parte conclusiva do relatório: "Dentro da metodologia de trabalho técnico-auditorial que orienta as operações de análises cometidas à Inspetoria Geral de Controle, não foram encontrados fatos que pudessem incidir no questionamento das contas salvo o apontado nos itens 13 e 14, parte V das considerações Relevantes.

A parte V das considerações Relevantes trata do Balanço patrimonial. Como assinalado tratam-se de considerações relevantes para uma correta apreciação da prestação de contas do Governador do Estado, considerações essas que o Senhor Procurador considerou irrelevantes.

O item 13 trata das inspeções efetua-

das pela Inspetoria de Controle externo.

Com as inspeções realizadas foi constatada a falta de relatórios de 30 órgãos da administração direta e da indireta, em alguns casos até de todo o exercício, como no caso da Secretaria da Política Habitacional, de seis meses, como no caso do Instituto de Saúde do Paraná e de sete instituições de ensino superior.

Com base nessa constatação, salientam os técnicos da I.G.C. que "Em virtude de até a presente data não termos recebido relatórios dos meses e órgãos abaixo relacionados, ficam impedidos de proceder confrontações dos valores apresentados na Prestação de Contas, permanecendo incompleta a consolidação. (Incluir relação páginas 142, 143 e 144).

O item 13.1 refere-se a processos relativos à Administração direta, de impugnação de despesas que tramitaram pelo Tribunal de Contas no exercício de 1992.

Das oito impugnações, até a data da elaboração do parecer prévio, quatro estavam pendentes:

1 - Licitação irregular referente despesa com a contratação de serviços de transcrição de material jornalístico (anexo ao Protocolado 6.626/93);

2 - Situação irregular de acúmulo de cargos públicos;

3 - Despesa de publicidade com dispensa de processos licitatórios;

4 - Despesa com jantar para expositores da 1.ª EXPOSUL, estendido aos funcionários das unidades envolvidas no evento.

O item 14 diz respeito à contratação de pessoal por prazo determinado.

Segundo ressalta a I.G.C. a Secretaria da Educação realizou teste seletivo para a contratação de 20.582 funcionários, sendo constatada a ausência de publicação das contratações no Diário Oficial do Estado, contrariando o disposto no Provimento 02/89 do TC.

O processo para a contratação foi devolvido à Secretaria para as necessárias informações. Como a Secretaria não se manifestou, o TC, encaminhou novo expediente solicitando a interveniência do Secretário para que se cumprisse a diligência, não obtendo o TC, manifestação do titular de pasta da Educação.

A ocorrência foi comunicada ao Presidente do Tribunal de Contas tendo em vista a magnitude do assunto, que envolve a contratação de grande número de funcionários sem a respectiva formalização.

Vê-se, portanto, que são muitos relevantes as irregularidades constatadas.

O não envio de relatórios por parte de 30 órgãos da administração direta e da indireta, referentes há vários meses do exercício de 1992 impede que se possa analisar a Prestação de Contas do Governo Re-

quão relativa àquele ano em sua inteireza, não se podendo acolher o Parecer Prévio do Conselheiro João Cândido da Cunha Pereira.

Ademais, quando da elaboração do parecer quatro impugnações encontravam-se em tramitação no TC., havendo ainda a falta de esclarecimentos por parte da Secretaria da Educação sobre o processo de contratação de mais de 20 mil funcionários, processo que não observou o requisito de sua publicação em Diário Oficial.

Ainda prossegue este meu voto em separado porque exarei junto à Comissão de Tomada de Contas do Governo de 92.

Como considerar irrelevantes fatos dessa magnitude? Trinta órgãos de Governo do Estado não encaminham seus relatórios para completar a prestação de contas e a prestação de contas recebe recomendação para ser aprovada. São estes fatos indícios, com muita clareza, a impossibilidade de a Comissão de Contas opinar pela sua aprovação.

Vale salientar, Senhores Deputados, que na falta desses relatórios que deveriam ser remetidos ao Tribunal de Contas, para aprovação das contas do governo, a Secretaria da Habitação, parece-me, em 92, que tinha um orçamento de 14 milhões de dólares para gastar e não foi prestado contas ao Tribunal de Contas desses gastos.

A recomendação do Conselheiro Relator para que a Assembléia Legislativa aprove a Prestação de Contas do Governador Roberto Requião constitui, em si, um gritante paradoxo.

Em seu Parecer Prévio, que está sendo analisado por esta Comissão de Tomada de Contas, às folhas 92, o caso da publicidade novamente relevou situação nada condizente com a norma constitucional inserida no art. 37 § 1º da Carta Magna.

No caso do Governo do Estado do Paraná, o instituto da publicidade está em total desacordo com as regras fundamentais que orientam o processo decisório administrativo competente, especialmente o legal.

Enfatiza o Relator em seguida que "Em que pese as reiteradas solicitações e decisões deste Tribunal, notadamente a substância na Resolução nº 12312/91, de 24/10/91, que acolheu fundamentado e esclarecedor Voto do Conselheiro Cândido Manuel de Oliveira, nada foi cumprido por parte da autoridade governamental.

Prossegue o Relator: - Já no exercício financeiro de 1991, ao ferir a questão, o eminente Conselheiro João Feder, declarou textualmente: É fácil constatar, entretanto, a inexistência de qualquer critério porquanto a relação de veículos demonstra que o governo do Estado não se utilizava dos

meios da comunicação social para prestar informações ou divulgar seus atos, mas, diferentemente, subvenciona a maioria deles, já que a relação inclui praticamente, senão precisamente, todas as emissoras de rádio ou televisão e ainda todos os jornais, diários ou semanários, e revistas de qualquer ponto do Estado, como se lhe coubesse uma atribuição de mantê-los em atividade. Essa não apenas é uma prática que não encontra justificativa como, ainda, deixa-se contaminar pelo condenável risco de comprometer a independência da informação".

E prossegue o Conselheiro João Feder: É de se recomendar ao Poder Executivo que reveja essa conduta, utilizando-se da comunicação social dentro dos restritos limites impostos pela norma constitucional. O exame perfunctório dessas despesas, pelos elementos enviados depois de expressamente requisitados por ofício, indica um desperdício em tal volume que seria recomendável ao Tribunal determinar a realização de uma Auditoria operacional extraordinária para verificá-las precipuamente sob o aspecto da economicidade".

Ao acolher a verberação do Conselheiro João Feder, o Relator enfatiza: - No exercício de 1992, nada mudou. Além do elenco montante despendido, da completa ausência de licitação e controle, tanto na administração direta quanto na indireta, as decisões continuam irregulares.

Após referir-se à informação prestada pela Secretaria da Comunicação Social, solicitadas pelo Tribunal de Contas, o Relator propôs ampla reflexão sobre esta matéria e atitudes concretas por parte desta Casa, a fim de se estabelecer diretrizes definidas em torno do assunto.

É fundamental que se reproduza mais uma vez a enfática afirmação do Relator: "O caso da publicidade novamente revelou situação nada condizente com a norma constitucional inserida no Art.37, § 1º da Carta Magna", e, mais adiante: "No caso do Governo do Estado do Paraná, o instituto da publicidade está em total desacordo com as regras fundamentais que orientam o processo decisório administrativo competente, especialmente o legal".

O paradoxo reside justamente aí: o Relator reconhece que o Governo do Estado infringiu a norma constitucional e o fundamento legal e, ainda assim, recomenda a aprovação das contas do Governador Roberto Requião por esta Assembléia.

Esta Comissão de Tomada de Contas não pode convalidar essa flagrante irregularidade, recomendando ao Plenário a aprovação das contas. Cabe à Assembléia observar estritamente o mandamento constitucional e a Lei que regula especificamente a matéria.

Este, também, é o entendimento do Con-

Conselheiro Cândido Manuel Martins de Oliveira, expresso no voto em separado anexo que prolatou na análise da prestação de Contas do Exercício de 1992.

É o parecer.

Sala das Reuniões das Comissões,
em 29 de março de 1994

(a) MÁRIO BEZERRA
Relator

Senhores Deputados, este documento, aprovado pela própria Comissão de Tomada de Contas para ser remetida ao Tribunal, até hoje não teve respostas.

Estou requerendo para que se envie, com a aprovação do Plenário, este voto em separado, que nada mais é do que a essência daquilo que consta nos relatórios técnicos referentes às contas do governo de 1992. Totalmente irregulares, que ainda não foram remetidas ao plenário, porque a Comissão de Tomada de Contas tomou a precaução de primeiro remeter ao Tribunal de Contas por Ofício, para que o Tribunal responda à Assembléia sobre as indagações contidas neste meu voto em separado que foi, extraído praticamente, daquilo que foi produzido junto ao Tribunal de Contas e, especialmente, junto aos termos técnicos - não políticos do Tribunal de Contas.

Então nós solicitamos, por requerimento, para que a Casa aprove. Remetamos então ao Tribunal de Contas para que eles nos respondam sobre estas questões. Sr. Presidente, Srs. Deputados, como agravante aquilo que estamos denunciando há tempo sobre a falta de considerações do governo ao que prescreve a Lei, nós, espantados presenciamos um depoimento de um Conselheiro nos jornais de hoje falando a respeito das contas do Governo relativas a 1993 - também irregulares. Eu faço questão de ler essa matéria publicada no jornal "Correio de Notícias" de hoje:

CONTAS DE REQUIÃO NÃO PODIAM SER APROVADAS PELO TRIBUNAL

O governo Roberto Requião "gastou em propaganda sem licitação no ano de 1993, o equivalente ao orçamento da Assembléia Legislativa no mesmo ano, portanto o meu voto não poderia ser de aprovação das contas do governo do Estado neste período, até porque, como sempre o Executivo continuou gastando dinheiro em publicidade violando a Constituição paranaense. Fez isto durante os últimos três anos de forma aberta, num total desrespeito às leis".

Esta foi a reação que o conselheiro João Fêder, do Tribunal de Contas do Estado teve, ontem, ao tomar conhecimento de uma notícia publicada no Jornal Estado do Paraná, revelando que "as contas de Requião não só foram aprovadas como merece-

ram os elogios do tribunal". Fêder contestou a notícia da seguinte forma:

- Infelizmente só eu votei contra a aprovação das contas de Requião. Infelizmente o Tribunal de Contas ainda não tem a autonomia de que precisa. Eu votei contra porque admito que está tudo errado na conduta do Estado. O Requião na minha opinião foi um campeão do desrespeito à Constituição. Apesar de todos os nossos esforços ele jamais cumpriu o procedimento licitatório. Pena que o Tribunal não tenha maiores poderes para intervir. Para mim somente a impugnação faria o governo recuar nesta sistemática altamente irregular.

Conivência?

Muito cauteloso e sobretudo ético nas suas avaliações, João Fêder não quis fazer nenhuma crítica mais dura à atuação do Tribunal de Contas. "O Tribunal também responde às circunstâncias num clima de dinâmica política. Não temos mesmo a independência necessária e que seria fundamental. Mas isto tem acontecido mais aqui no Paraná. Em - João Fêder: favorável à impugnação das contas de Requião - outros Estados os Tribunais de Conta funcionam com mais autonomia e liberdade política", argumentou, analisando, ainda, que, "nós julgamos no plenário sem todos os documentos nas mãos. Por exemplo: de acordo com a lei, o governo teria que nos enviar relatório das despesas semestralmente. Isto tem que ser feito pela administração direta, indireta e fundacional, inclusive tem que ser publicado no Diário Oficial do Estado. Os relatórios precisam chegar ao TC, indicando todas as despesas realizadas com propaganda e publicidade, dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando os nomes dos veículos publicitários. Nós só julgamos no plenário do Tribunal com base apenas nos valores globais, nada é especificado como determina a lei, portanto não fizemos um julgamento bem abalizado", confirmou o conselheiro.

Omissão

Fêder queixou-se de uma presença maior da imprensa nas sessões plenárias do Tribunal. "Nesta última onde julgamos as contas do governo Requião não havia nenhum jornalista presente. Houve bastante discussão das contas da minha parte. Eu fui contra a aprovação terminantemente. As contas deveriam ter sido impugnadas na minha opinião. Mas meu voto foi vencido. E a notícia divulgada foi a notícia que interessou ao governo ver publicada", comentou acrescentando:

- Acho que as coisas só irão mudar quando a sociedade cobrar melhor seus próprios direitos. Ainda acho que tem havido omissão na nossa proposta de democracia no Paraná. Os jornais também deveriam questionar todo esse processo que vem ocorren-

do com relação ao governo não licitar seus gastos como manda a lei.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Concede aparte ao Sr. Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Quero cumprimentá-lo pelo trabalho que V.Exa. apresenta, pelo seu voto em separado na Comissão de Tomada de Contas, pelas providências que V.Exa. tem tomado em encaminhar esses questionamentos ao Tribunal de Contas. E ao mesmo tempo dizer também de que o conselheiro João Fêder tem tido uma conduta realmente exemplar, tem sido talvez a única voz que tem se colocado, tem se manifestado contrário às aprovações das contas do Ex-Governador Roberto Requião de Mello e Silva. As irregularidades estão expostas, estão mostradas à sociedade, e esta Casa lamentavelmente, em função de que nós somos minoria, não pode se manifestar, pelo menos não pode tomar uma posição mais efetiva em discordar evidentemente da aprovação das contas pelo Tribunal, muito embora João Fêder tenha sido o único voto contrário às aprovações. Veja V.Exa. que nós tomamos conhecimento hoje pela manhã de que a Presidência do Tribunal de Contas, o Presidente companheiro Nestor Baptista, ex-Deputado desta Casa, convidou oficialmente esta Casa para participar de um debate no Tribunal de Contas para uma análise mais profunda em relação as contas do ex-Governador Roberto Requião de Mello e Silva. Estranhamente me parece que os membros da comissão de tomada de contas desta Casa não foram comunicados. E a Assembléia lamentavelmente lá também não se fez presente, o que é um fato profundamente lamentável. E por essa razão, aproveitando este aparte que faço a V.Exa., eu encareço à Presidência da Casa, à assessoria da Presidência para que esclareça se realmente veio este convite, eu tenho certeza que veio, se não o Presidente não iria fazer uma comunicação dessas, e porque razão os membros da Comissão de Tomada de Contas não foram comunicados, ou pelo menos o Presidente da comissão se fizesse presente a este debate. Isto aí realmente fica muito ruim para nossa Casa. Aqui Vossa Excelência e nós questionamos as coisas erradas que acontecessem no Governo, na hora de a gente poder questionar, com os documentos frente a frente lá no Tribunal, esta Casa não se faz presente, não por culpa nossa, lamentavelmente nenhum de nós aqui, que eu me lembre, eu não fui, nem o Deputado Paulo Maia, nem Vossa Excelência, nem a Deputada Emilia Belinati foi comunicada, a Casa não transferiu esta comunicação para os membros da Comissão de Tomada de Contas. Isso é lamentável. Por outro lado, Vossa Excelência acabou de citar, já há

dúvidas também com relação as contas de 1.993. Mais ainda, até hoje o PMDB, o Governo do Estado, não explicou da onde saiu o dinheiro para as festas em frente ao Palácio, quando na volta triunfal do Senhor Roberto Requião de Mello e Silva após ter sido cassado. Até hoje também não se explicou nada disso. Por isso eu pedi um aparte a Vossa Excelência, quero cumprimentá-lo e transferir, dizer daqui do nosso voto de solidariedade, do nosso voto de confiança ao Tribunal de Contas, em especial ao companheiro, Conselheiro João Fêder, que tem sido talvez o único homem que tem demonstrado toda a sua imparcialidade no questionamento das contas do Governador do Estado. Muito obrigado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Agradeço o aparte do Nobre Deputado Algaci Túlio. E gostaria de lamentar também que o convite formulado pela Presidência do Tribunal de Contas não tenha chego até a gente, principalmente aos Deputados de oposição, se tivéssemos recebido este convite com certeza estaríamos lá questionando as contas de 92, e acima de tudo questionando também as contas de 93 que não deveriam ser aprovadas pelo Plenário do Tribunal. Eu não sou nenhum técnico na área de contas, mas tenho procurado o máximo possível participar daquilo que diz respeito às despesas do Governo. Se os técnicos do Tribunal de Contas que levantam as contas do Governo, tecnicamente falando, aconselham pela não aprovação, nós vamos pelos levantamentos formulados pelos técnicos do Tribunal de Contas, que são pessoas especializadas na área. Agora, a grande verdade Senhor Presidente e Senhores Deputados é que nós não podemos aprovar as contas de 1992 e nem de 1993, e é necessário que a Presidência de Tomada de Contas que tem sob a direção o ilustre Deputado Nilton Barbosa, que remeta de imediato, também, aquele meu voto em separado que pede a reprovação das contas do Governo, baseado nos laudos técnicos do próprio Tribunal. Que nós tenhamos do Tribunal de Contas um julgamento imparcial, politicamente falando, para que a população do Paraná possa, de fato, saber a verdade sobre as despesas desse Governo que não fez outra coisa a não ser jogar dinheiro pela janela. Nós da Assembléia Legislativa, nesse momento importante para a Nação brasileira, época de eleições, é necessário que nós levemos a verdade à população do interior do Paraná, que desconhecem totalmente aquilo de errado que o Governo fez, só sabem aquilo que ele prometeu mas não fez, através da mídia, isso é que a população sabe.

Nós solicitamos a compreensão dos Senhores Parlamentares, inclusive eu gostaria de ouvir uma observação do nobre Líder

do Governo, porque a liderança do Governo tem a obrigação acima de tudo, de saber das irregularidades do Governo. Contesté aqui as palavras da Oposição, os levantamentos que nós elaboramos, o silêncio, a omissão é a aceitação dos fatos. Se a Liderança do Governo que omite em dar a sua observação, o seu parecer a respeito das críticas que a Oposição faz é porque está aceitando as críticas, e nós estamos baseados em fatos e documentos. Eu desafio o Governo a demonstrar o outro lado, a falar que o Deputado Mário Bezerra mente, a contestar aquilo que o Tribunal de Contas através de seus técnicos tem levantado sobre a verdadeira esculhambação que se tornou as contas do Governo Roberto Requião. Infelizmente o silêncio que prevalece, aí prevalecendo o silêncio prevalece a verdade que está com o Deputado da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Horário das Lideranças.
PP. Declina.
PT. Declina.
PDT. Declina.
PMDB. Declina.
PDB. Declina.
PL. Declina.
PTB. Declina.
PFL. Declina.
Liderança do Governo.
Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do eminente Deputado Mário Bezerra a respeito da decisão do Tribunal de Contas do Estado, que proferiu a respeito das contas do ex-Governador Roberto Requião. Contas essas relativas ao exercício de 1993.

Sua Excelência no seu papel natural de oposição usou todo espaço que dispunha, com base no Regimento da Casa, para analisar e refletir o voto, o parecer do eminente Conselheiro Fêder.

Gostaria de reestabelecer aqui, a verdade a respeito do que disse Sua Excelência o ilustre representante de Cianorte. Na realidade o que houve, Senhor Presidente e nobres colegas foi nada mais, nada menos do que uma reunião Plenária do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para analisar as contas do ex-Governador Roberto Requião nos termos da lei e da constituição relativas ao exercício de 1993.

Como todos sabemos o Tribunal de Contas é um órgão colegiado, como colegiado é esta Casa, e ele decide pela sua maioria. E qual foi a decisão do Tribunal de Contas a respeito das contas do ex-Governador, o que disse aquela Corte a respeito do ex-Governador Requião? O que disse foi o que

disse a sua maioria esmagadora e falou que o Governador Requião agiu durante o exercício de 93, que era o que estava em análise naquele julgamento, em observância às leis e às normas que regem a Administração Pública.

Disse mais o Tribunal de Contas através dos seus membros que são seus conselheiros: que o Governo do Estado na gestão Requião no exercício de 93 seguiu as orientações dadas pelo Tribunal de Contas em 92 quando se constatou que os gastos relativos à publicidade chegavam a apenas 1,4%, menos do percentual de 2,1% que era o percentual que o governo poderia gastar.

Portanto, temos que fazer uma análise desta questão de maneira serena, de maneira tranqüila, de maneira equilibrada.

Na realidade muito se fala a respeito de gastos de publicidade, mas aí do governo que, com base na Constituição e no orçamento, não se valer de campanhas publicitárias para mostrar ao povo do que realmente ele está fazendo em seu benefício. Não existe nenhuma outra forma num Estado como o nosso, com uma população próxima de dez milhões de habitantes, com dimensões territoriais extensas, se não for através da publicidade, da divulgação dos atos do Governo. É a única maneira de se prestar contas dos atos de um governo à sua população.

E o Governador Requião poderia no ano de 1993, nobres Deputados, despende de um orçamento da rubrica específica para publicidade até 2,1% e, no entanto, despendeu apenas 1,4%.

Então, quando até nós que somos ligados ao Governo cansados de ouvir as pessoas menos informadas fazendo críticas a pseudo-gastos excessivos com publicidade muitas vezes até nós, que não temos o cuidado de irmos a fundo numa análise profunda mais acurada a respeito desses dispêndios até nós fazemos coro com as pessoas que interpretam que o governo está exagerando em seus gastos na área de publicidade.

Mas agora veio a mais Alta Corte de Contas do Estado do Paraná, que é o Tribunal de Contas, um órgão insuspeito, constituído de conselheiros da maior dignidade e honorabilidade. São sete os conselheiros, todos eles homens da melhor estirpe, do melhor passado, do melhor exemplo de vida pública.

Alguns, se não a sua maioria, oriundos desta Casa, como é o caso do Conselheiro Nestor Baptista que preside aquela Corte, como é o caso do Conselheiro Artagão de Mattos Leão, como é o caso do Conselheiro Kielse Crisóstomo, como é o caso do Conselheiro Cândido Martins de Oliveira. Quatro dos sete Conselheiros que compõem o Tribunal de Contas do Paraná são oriundos desta

Casa; isto para não falarmos do Conselheiro Rafael Iatauro, do Conselheiro João Cândido e do Conselheiro João Fêder. Todos homens realmente insuspeitos e da maior dignidade. E o Tribunal falou pela sua maioria.

O ex-Governador Requião teve apenas, o que é natural, um voto contrário à aprovação de suas contas e a maioria esmagadora votou a favor. E falou o Tribunal de Contas do Paraná e está falado!

Portanto, não poderia deixar passar esta oportunidade, depois do pronunciamento do eminente Deputado Mário Bezerra, para fazer este registro, para que esta Casa documente verdadeiramente os fatos como eles acontecem. E não fiquem apenas a palavra, a impressão de que as contas do Governador Requião, no ano de 93, não foram devidamente apuradas, fiscalizadas, analisadas, examinadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O Sr. Mário Bezerra - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES - Em seguida.

E o Tribunal falou, falou pela sua maioria esmagadora, cinco votos a favor do ex-Governador Requião pela aprovação de suas contas e até elogiando a sua postura, dizendo que ele seguiu rigorosamente as orientações que aquela Corte de Contas lhe transmitiu. Dizendo que foi até mais, que ao invés de usar a totalidade da rubrica orçamentária para as despesas de um dos itens, que é a publicidade, S. Exa. apenas utilizou parte desta rubrica.

Portanto acho que para nós, que somos do Bloco do Governo, que representamos o povo tanto quanto a Oposição, e que temos responsabilidade tanto quanto a Oposição, é um motivo de júbilo, de satisfação, podermos aqui registrar a fala, a decisão, a postura correta, firme serena, justa e respeitosa do egrégio Tribunal de Contas do Paraná, que aprova por cinco votos a um as contas do ex-Governador Roberto Requião na gestão 93.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Questão de ordem.

Senhor Presidente, não denegri a imagem dos Conselheiros do Tribunal de Contas, elogiei até o trabalho dos técnicos do Tribunal de Contas. Houve uma mudança de rota do ilustre Líder do Governo, parece-me que ficou no ar, ele divagou e tentou jogar o Deputado Mário Bezerra contra os Conselheiros. Falei e até elogiei a postura dos técnicos do Tribunal de Contas.

Sr. Presidente, outro detalhe, a Oposição está se sentindo constrangida porque já está virando norma, pelas observações nossas, que o Líder do Governo tem privi-

légio de falar por último. Desafiei no Grande Expediente, tinha tempo para isto, para ele me contestar, mas sempre na relação pela ordem, quando os Deputados representantes de Bancadas vão usar da palavra, tenho sentido que nos últimos dias a Liderança do Governo tem obtido o privilégio de falar por último, contrariando, acredito, normas até democráticas. Baseado em que se utiliza este critério para dar ao Líder do Governo o privilégio de falar por último quando a Oposição abre espaço para o debate? Isto é privilégio que a Mesa, no meu entendimento, está oferecendo ao Governo.

Muito obrigado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) -

Gostaria de usar o horário do PTB, embora já tenha sido chamado, por três minutos, devido a essa anotação do Deputado Mário Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Só nas Explicações Pessoais, agora, Deputado.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Eu não fui citado, Deputado Heinz.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - O Senhor pessoalmente não, mas o seu partido foi.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - No que se refere à discussão levantada pelo Deputado Mário Bezerra e pelo Deputado Tavares, eu só queria, para efeito de ilustração, dizer o seguinte: o que o Tribunal de Contas determinou, cinco Conselheiros contra um, deve ser acatado.

Eu só gostaria de lembrar muito bem, que o ex-Governador Roberto Requião acusou o candidato à Presidência da República, Orestes Quêrcia, de ladrão, de corrupto e de outros adjetivos, só que o ilustre candidato a Presidente da República Orestes Quêrcia, teve as suas contas aprovadas por unanimidade. Eu só gostaria que fosse sempre o mesmo peso e a mesma medida e não, sempre dois pesos e duas medidas. Aqui se fala muito e se divaga bastante.

Agora, se o Tribunal de Contas decidiu que as contas do Governador Roberto Requião são claras, acatemos a decisão do Tribunal de Contas, mas não joguemos a culpa em cima do Deputado Mário Bezerra que teve a hombridade e a coragem de dar um voto em separado, na época, em 1992.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 059/94,

subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 060/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 3.184.067.000,00 (três bilhões, cento e oitenta e quatro milhões e sessenta e sete mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 061/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 062/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 4.606.864.000,00 (quatro bilhões, seiscentos e seis milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria do Estado da Educação, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Gostaria de registrar a presença do Sr. Demerval Silvestri, Presidente da Associação dos Produtores de Amido e Derivados, dos vereadores José Maria e Edson Augusto da Silva, de Paranaguá.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado, João Preis, constante do expediente, solicitando a inversão de votação e dis-

cussão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 046/94 que dá nova redação ao Art. 4º, da Lei nº 9788, de outubro de 1991, que trata da remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado, então regido pela CLT. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 71 de 07.06.94, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 201/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 046/94, o Projeto de Lei nº 201/94, tem por finalidade dar nova redação ao art. 4º, da Lei nº 9788, de 29 de outubro de 1991, que trata da remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado, então regido pelo CLT.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 201/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o presente projeto de lei tem por finalidade dar nova redação ao Art. 4º, da Lei nº 9788, de 29 de outubro de 1991, que trata da remuneração do pessoal docente das Autarquias de Ensino Superior do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Solicito

do senhor 1º Secretário, que proceda à chamada nominal dos senhores Deputados.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, não é nem questão de ordem. Eu gostaria de fazer um reparo. Quando fazia críticas às normas da Mesa em conceder ao governo a última palavra, eu não me referia a V.Exa.. V.Exa. assumiu hoje interinamente a Mesa. Eu só queria fazer essa ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Não me senti atingido.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Responderam à chamada nominal 35 Srs. Deputados. Há quórum para votação e para prosseguimento da Sessão.

1ª Discussão do Projeto de Lei nº 201/94. **Aprovado.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 195/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/94 que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 196.100.000,00 (cento e noventa e seis milhões e cem mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento próprio do Colégio Estadual do Paraná, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 67, de 30.05.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 195/94

P A R E C E R:

A Mensagem em tela, de nº 043/94, oriunda do Poder Executivo Estadual, merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 07.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 195/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, oriundo da Mensagem nº 043/94, que aprova o crédito suplementar no valor de CR\$ 196.100.000,00 (cento e noventa e seis milhões e cem mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento próprio do Colégio Estadual do Paraná, conforme especifica.

Após análise da douda Comissão de Constituição e Justiça, o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o presente não incorre em qualquer óbice regimental, inclusive por especificar em seu texto a origem do crédito. Da mesma forma, a emenda apresentada não possui qualquer restrição.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto, com a emenda aditiva em anexo.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 20.06.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS EMENDA ADITIVA

PROJETO DE LEI Nº 195/94

Inclua-se onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei nº 195/94:

"Art. ... - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a proceder os ajustes necessários à correção prevista na Lei nº 10.699/93, bem como a conversão para o Real, conforme plano de estabilização econômica dos valores orçamentários, objeto desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1º de julho do corrente exercício."

Sala das Comissões, em 20.06.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ÉLIO LINO RUSCH - Relator

Apoio: Neivo Beraldin, Luiz Carlos Alborghetti, João Preis e Hermas Brandão.
JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa propiciar condições legais para, numa eventualidade, adaptar o presente projeto de lei, ao Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 194/94. Aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil cruzeiros reais) ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá. COM PARECER FAVORÁVEL DE C.C.J. e C.F.. EMENDA DA C.F.. (Publ. no D.A. nº 67, de 30.05.94, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 194/94

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem de nº 045/94, que visa aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil cruzeiros reais) ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, visando atender despesas com a manutenção da entidade.

Servirá como recurso para a cobertura da referida programação, igual importância

proveniente de excesso de arrecadação da própria entidade.

Procedida a análise da matéria, o presente Projeto preenche os requisitos necessários para o devido processo legislativo, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 194/94

P A R E C E R :

Oriundo da Mensagem n° 045/94, o presente plano de lei objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 6.600.000,00 (seis milhões e seiscentos mil cruzeiros reais) ao vigente orçamento próprio da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, conforme especifica.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal, constitucional, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei, com a EMENDA ADITIVA em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.06.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA ADITIVA

PROJETO DE LEI N° 194/94

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo ao Projeto de Lei n° 194/94:

"Art... - Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a proceder os ajustes necessários à correção prevista na Lei n° 10.699/93 bem como a conversão para o Real, conforme Plano de Estabilização Econômica dos valores orçamentários, objeto desta lei, no caso de sua aprovação e/ou publicação ocorrer após o dia 1° de julho do corrente exercício."

Sala das Sessões, em 20.06.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE
Presidente e Relator

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Cleiton Kielse, Luiz Carlos Alborghetti, João Preis, Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda visa propiciar condições legais para, numa eventualidade, adaptar o presente projeto de lei ao Plano de Estabilização Econômica do Governo Federal. Aprovado.

Sobre o mesmo há uma emenda que entra-

rã na sessão de amanhã.

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 187/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo Estadual à Prefeitura Municipal de Santa Fé. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 64, de 24.05.94.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 187/94

P A R E C E R :

O nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei que visa autorizar o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo Estadual à Prefeitura Municipal de Santa Fé.

Para que o projeto tenha por merecer manifestação favorável, necessita que seja incluído mais um artigo que trate da cláusula de reversão, pois o imóvel doado deve ser utilizado pelo donatário exclusivamente para as finalidades estabelecidas na justificativa que consta do mesmo. O imóvel deve reverter automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada destinação diversa da prevista, condição resolutiva esta que deverá constar da respectiva escritura de doação.

Diante do exposto, o presente Projeto fica em condições de ser apreciado pelo Douto Plenário após aprovação da emenda em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

EMENDA ADITIVA

PROJETO DE LEI N° 187/94

Fica incluído no artigo segundo, o seguinte parágrafo:

Parágrafo Único - O imóvel de que trata o Art. 1° fica gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Sala das Sessões, em 30.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

DURVAL AMARAL

Apoio: Caíto Quintana, Renato Adur, José Tavares, Cleiton Kielse.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 187/94

P A R E C E R :

De autoria do ilustre Deputado Durval Amaral, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo Estadual à Prefeitura Municipal de Santa Fé.

Tendo sido submetido à análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, o

mesmo recebeu parecer favorável, após inclusão de uma emenda aditiva.

No âmbito desta Comissão, o presente não incorre em qualquer óbice que desautorize sua aprovação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara área que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 59, de 17.05.94.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 172/94

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de nº 172/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos constitucionais, legais e regimentais, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.05.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 172/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tapejara a área que especifica.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça que se pronunciou favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento daquela Comissão, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

ARLINDO TROLAN - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 114/94, que autoriza o Poder Executivo, a participar, por intermédio da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, da constituição de sociedade mista que será denominada Companhia Paranaense de Gás - COPAGÁS. (*) (*) COMPAGÁS, conforme emenda

aprovada em 15/06/94. (Publ. no D.A. nº 77, de 15.06.94. - Emenda).

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu me abstenho de votar ao item número 06 por julgá-lo inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está anotado, Deputado.

Redação Final do Projeto de Lei 114/94. Autoria do Poder Executivo. Em discussão. Em votação. - Aprovado.

ITEM 04

VOTAÇÃO EM:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 131/94, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Manuel do Paraná, o terreno que abaixo descreve. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Emenda de Plenário com Parecer favorável da C.C.J.. Em votação o projeto, reservada a emenda. Deputados que forem favoráveis ao projeto permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 131/94

Acrescente-se os parágrafos 1º e 2º ao artigo 1º da proposição supra, com a seguinte redação:

§ 1º - O Poder Executivo, através de decreto determinará a que se destina o imóvel.

§ 2º - O imóvel supracitado, será exclusivamente utilizado para o fim previsto no parágrafo anterior, ficando o mesmo gravado com cláusula de inalienabilidade e reversão automática ao patrimônio do Estado, caso, no prazo de dois anos lhe seja dada destinação diversa.

Sala das Sessões, em 25.05.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOCTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoiamento: Emilia Belinati e Colombino Grassano.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 131/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que autoriza o Poder Executivo a proceder a doação de um terreno de perímetro urbano ao Município de São Manoel do Paraná.

Da análise do referido projeto, leva este relator a manifestar-se favoravelmente.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Apoiamento: João Iensen, Arlindo Troian, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, Djalma de Almeida César, Emilia Belinatti, Ernani Pudell, Paulo Maia, Alceu Swarowski, Dalton Machuca e Nilton Barbosa.

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/94, veto aposto ao Projeto de Lei nº 604/93, de autoria dos Deputado Colombino Grassano e outros que autoriza o Poder Executivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto nº 6.627/90, para instalação do Hospital do Servidor Público do Estado. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 060/94.

Curitiba, 09 de maio de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 071/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 604/93, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a destinar a edificação e instalação de hospital para os servidores públicos estaduais, o imóvel desapropriado através do Decreto nº 6.627, de 16 de março de 1990.

O projeto de lei em exame não mereceu acolhimento em face da sua inconstitucionalidade, eis que - com a decorrente criação a unidade hospitalar que preconiza, impondo modificação na estrutura organizacional da administração pública - fere o preceito contido no art. 66, inciso IV, da Carta Estadual, que confere ao Chefe do Poder Executivo a competência para iniciativa do processo legislativo de tal matéria. A inconstitucionalidade da medida agrava-se ainda mais pelo fato de que o pretendido remanejamento de recursos orçamentários afronta, também, o disposto nos arts. 133 e seguintes, da Constituição Estadual, que, igualmente, arrolam o assunto como de iniciativa do Poder Executivo.

Por outro lado, inobstantemente os apontados prismas de inconstitucionalidade, é necessário esclarecer que o veto aposto não poderá significar insensibilidade do governo em relação aos anseios do funcionalismo, pois estão sendo realizados estudos com vistas à plena assistência à

saúde dos mesmos, assim como a de seus dependentes.

Ademais, é necessário ressaltar que a matéria, examinada por diversos órgãos do Poder Executivo, foi considerada contrária aos superiores interesses da Administração, tendo em vista que o referido imóvel está passando por reformas, já em fase de conclusão, para ser utilizado como sede do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e da SEMA. Mudar, agora, o rumo da situação ou utilizar o questionado imóvel para outras finalidades, seria, sem qualquer sombra de dúvida, impor-se gastos incalculáveis ao erário, sem a mínima possibilidade de suporte orçamentário. Ensejando outros detalhados aspectos sobre o assunto é, por oportuno, adiante transcrito pronunciamento expandido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente:

"Esta Secretaria de Estado do Meio Ambiente, com o respeito e acatamento que sempre tributou ao Poder Legislativo, manifesta sua discordância ao sancionamento do presente projeto de lei escudada no respeito devido ao erário público, já que recebeu a determinação do Senhor Chefe do Poder Executivo para transferir a Sede da Secretaria e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, para o imóvel sediado no Município de Piraquara, objeto do Decreto Estadual nº 6.627/90, e, para cumprimento desta determinação governamental, recebeu a competente dotação orçamentária.

Com o sancionamento do Projeto de Lei nº 604/93, quando 90% (noventa por cento) da reforma das edificações está concluída, adequando-as a repartição administrativa de Secretaria de Estado, haveria uma malversação de recursos públicos, para readequar o imóvel a destinação de Hospital Geral dos Servidores Públicos Estaduais.

Ademais, os prédios hoje ocupados pelo Instituto Ambiental do Paraná, já foram destinados ao Poder Judiciário Estadual, carente de espaço para as reformas exigidas na modernização de sua estrutura administrativa.

Na certeza de que nossas ponderações merecerão a melhor acolhida, servindo de componente para a decisão do Senhor Governador, apresentamos nossos protestos de consideração e apreço."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado.

(O Proj. de Lei nº 604/93, encontra-se publ. no D.A. nº 143/93, de 18.10.93).

PROPOSIÇÃO N° 033/94

P A R E C E R:

A presente proposição traz veto aposto ao Projeto de Lei n° 604/93, de autoria do Deputado Colombino Grassano e outros, e tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a destinar o imóvel desapropriado pelo Decreto n° 6.627/90, para a instalação do Hospital do Servidor Público do Estado.

A Negativa Governamental foi proferida dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Dessa forma, o mesmo está em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Lei.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Sobre a referida proposição, requerimento de autoria dos Senhores Deputados José Tavares, Colombino Grassano e da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão do Projeto de Lei n° 604/93 - Proposição n° 033/94. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei n° 604/93 - Proposição n° 033/94.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 032/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 597/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura de Santa Fé, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT n° 059/94

Curitiba, 09 de maio de 1994.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 034/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71. ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 597/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santa Fé a Data n° 02, da Quadra 06, com área de 260,00 m², localizada no Jardim Monte Alto, naquele Município, com as confrontações que especifica.

Embora revestido do mais alto significado social, por visar a construção de unidades habitacionais destinadas a pessoas carentes, o questionado plano de lei

não pôde merecer sanção por apresentar incorreções na descrição do referido terreno.

Conforme informação da Coordenadoria de Patrimônio do Estado, a área em questão não consta de seus registros, por se tratar de imóvel de propriedade da SANEPAR, segundo depreende da justificativa do projeto e, sendo esta uma sociedade de economia mista, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, seus bens imóveis são controlados por ela própria.

Por sua vez, a SANEPAR informa que dito terreno também não consta de seu cadastro como sendo de sua propriedade, esclarecendo, ainda, que o imóvel permutado com o Município de Santa Fé, através da Escritura Pública lavrada às fls. 186 e 187, do Livro n° 58-E, em 15 de junho de 1992, é o da Quadra n° 6A, medindo 1.040,00m² e que está destinado a futuras ampliações do sistema de abastecimento de água daquele Município. Portanto, se sancionado, o Projeto de Lei em referência iria gerar uma lei inócua e sem objetividade, o que, sem a menor sombra de dúvida, contraria aos mais altos interesses públicos.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA - Governador do Estado (O Projeto de Lei n° 597/93, encontra-se publicada do D.A. n° 140/93, de 07.10.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO N° 032/94

P A R E C E R:

O veto foi apresentado dentro do prazo legal.

Sob os aspectos constitucional, legal e regimental, não existem óbices à normal tramitação da proposição de veto n° 032/94 aposto ao Projeto de Lei n° 597/93 de autoria do Deputado Orlando Pessuti que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura de Santa Fé, conforme especifica.

Sendo assim, é o parecer deste relator.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 120/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 270/93, autoriza doação de imóvel do Estado do Paraná, conforme especifica, para constituição de Parque Municipal no Município de Cascavel-PR. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CON-

SIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT n° 501/93

Curitiba, 14 de dezembro de 1993.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 453/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 270/93, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a proceder a doação para o Município de Cascavel, parte de imóvel constante da matrícula n° 1.523, do 1º Ofício de Registro de Imóveis daquela Comarca, e que deverá ser destinado à constituição de um parque municipal, objetivando a melhoria da qualidade ambiental da região.

A negativa de sanção ao plano de lei em questão decorre de informações da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, que asseverou ser a referida área de propriedade da União, a ela doada pelo Estado, em 1.976, conforme escritura pública, lavrada às folhas 102v a 105v do Livro n° 01 de Contrato de Aquisições de Imóveis do Serviço de Patrimônio da União, não sendo possível, portanto, o Estado dispor sobre a mesma.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei n° 270/93 encontra-se publicado no D.A. n° 79/93, de 17.06.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO N° 120/93

P A R E C E R:

A Proposição Veto n° 120/93, oriundo do Poder Executivo tem por objetivo vetar o Projeto de Lei n° 270/93 do Deputado Ernani Pudell que autoriza doação de imóvel do Estado ao Município de Cascavel.

Chamada essa Comissão de Justiça a se manifestar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre as referidas proposições requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições de Veto n°s. 032/93, aposto ao Projeto de Lei n° 597/93-120/93, aposto ao Projeto de Lei n° 270/93, constantes na Ordem do Dia da presente sessão, itens 01 e 02. **Aprovado.** Os Deputados que forem favoráveis à manutenção dos vetos deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão sim. Os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão não. Convido o Deputado Luiz Carlos Zuk para proceder à Chamada dos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Procede a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Trinta e nove Srs. Deputados responderam à chamada.

Designo uma comissão formada pelos Deputados João Iensen, Alceu Swarowski e Júlio Bifon para escrutinar os votos dos Senhores Deputados.

Enquanto estão sendo contados os votos, a Mesa comunica aos Senhores Deputados que amanhã à tarde haverá uma sessão solene de autoria do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Luiz Carlos de Andrade Lima conforme proposição do Deputado Algaci Túlio.

Haverá uma Sessão Ordinária às nove horas da manhã.

Resultado da votação. Houve mais um voto. Então, são trinta e nove votos.

15 votos pela manutenção do Veto.

11 Votos pela derrubada do Veto.

13 Votos em branco.

Estão mantidos os Vetos.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sobre a Mesa, Requerimentos n°s. 1628, 1629 e 1634, de autoria do Sr. Deputado Nilton Servo, constantes do expediente. **Aprova-os.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 1630 e 1631, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 1633, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOSÉ TAVARES - Sr. Presidente, só para justificar, esclarecer, esta Liderança quer comunicar à Casa que vamos votar favoravelmente ao requerimento do ilustre Deputado por entendermos que é um direito legítimo do Parlamentar adotar providências como esta que S.Exa. adota.

Até porque a fiscalização dos atos do

Executivo, na realidade, cabe ao Poder Legislativo, e nós somos os titulares deste Poder.

Portanto, para demonstrar nossa imparcialidade em relação a estas questões, vamos votar favoravelmente, para deixar bem claro que não temos nenhuma questão pessoal quando se debatem questões ou matérias que venham da Oposição. Entendemos que é um direito e um dever do Parlamentar e, por isto mesmo, vamos votar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Em votação. **Aprovado.**

Requerimentos n.ºs. 1637 a 1640, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1641, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1643, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 1649, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante

do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs. 1650 e 1651, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, às nove horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs 035, 036 e 042/94.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 131/94.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 172, 187, 194, 195 e 201/94.

E convoca os Senhores Deputados para a Sessão Solene de Outorga de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Luiz Carlos de Andrade Lima, a se realizar às 15:00 horas.

Levanta-se a sessão.